



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 408
Proc.: 2110//14
Call

PROCESSO Nº: 2110/2014 - A

ORIGEM: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb

ASSUNTO: Análise de contratos

EMENTA: Exame de contratos emergenciais firmados pela Caesb, cujo objeto é a execução dos serviços de manutenção corretiva dos sistemas de distribuição de esgoto e de coleta de água. **Decisão nº 5569/2015:** determinações à jurisdicionada, com reflexo em interesses de terceiros. **Pedido de reexame** interposto pelo terceiro interessado. **Nesta fase:** análise da admissibilidade recursal. **Corpo Técnico:** pelo conhecimento do recurso, com efeito suspensivo. **Redistribuição do processo** em virtude do afastamento legal da relatora originária. **Voto convergente.**

RELATÓRIO

Tratam os autos do exame das contratações emergenciais realizadas pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal-CAESB para a execução dos serviços de manutenção corretiva dos sistemas de distribuição de água e de coleta de esgotos.

O substancioso Voto da Conselheira Anilcéia Machado (fls. 384/389) resultou na Decisão nº 5569/2015 (fl. 390), a seguir transcrita:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – tomar conhecimento das Cartas nºs 27.118/2015 – PR e 31.929/2015 – PR, da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, bem como das respectivas documentações anexas; II – considerar cumprido o item II da Decisão nº 2.628/2015; III – determinar à CAESB que notifique a empresa HBG Transportes e Logística Ltda., para manifestação, e adote as medidas administrativas e/ou judiciais com vistas à recomposição do erário, do valor de R\$ 117.611,14, pagos em virtude da prestação dos serviços por profissionais de medicina e segurança do trabalho, no bojo dos ajustes nºs 8448/14 e 8458/14,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 409
Proc.: 2110//14
Call

dando ciência das medidas adotadas ao TCDF no prazo de 30 (trinta) dias; IV – autorizar: a) a remessa de cópia da informação nº 189/15 e desta decisão à CAESB, a fim de subsidiar o cumprimento do item III; b) o retorno dos autos à SEACOMP, para continuidade das ações de sua competência.

Da Decisão acima a jurisdicionada teve ciência em 10.12.2015 (fl. 391) e se manifestou à fl. 395, anexando os documentos de fls. 396/397.

Cientificada a respeito do citado *decisum* (fl. 396), a empresa HBG Engenharia Ltda., parte interessada nestes autos, apresentou tempestivo recurso de reexame (fls. 398/402).

Em análise dos requisitos de admissibilidade recursal, a unidade instrutória, por meio da Informação nº 12/16, manifestou-se pelo conhecimento do pedido de reexame (fls. 398/404) interposto em face do item III da Decisão nº 5569/15, com efeito suspensivo, cientificando sobre tal a jurisdicionada e a recorrente. Sugeriu, ainda, o retorno dos autos àquela unidade para exame do mérito do recurso e adoção das demais providências.

É o relatório



VOTO

Inicialmente esclareço que os presentes autos foram redistribuídos em razão do afastamento legal da relatora, Conselheira Anilcéia Machado (fl. 407).

Nesta assentada aprecia-se o cabimento do pedido de reexame interposto pela empresa HBG Transportes e Logística Ltda - Me, pelo qual pretende reformar o item III da Decisão nº 5569/15, em que esta Corte determinou à Caesb *que notifique a empresa HBG Transportes e Logística Ltda., para manifestação, e adote as medidas administrativas e/ou judiciais com vistas à recomposição do erário, do valor de R\$ 117.611,14, pagos em virtude da prestação dos serviços por profissionais de medicina e segurança do trabalho, no bojo dos ajustes nºs 8448/14 e 8458/14, dando ciência das medidas adotadas ao TCDF no prazo de 30 (trinta) dias;*

Neste sentido, em sede de juízo de admissibilidade, o recurso merece ser admitido porquanto é cabível e tempestivo (requisitos extrínsecos). Quanto aos requisitos intrínsecos, restam demonstrados porquanto o recorrente tem interesse recursal e possui legitimidade para tal.

Ademais, nesta fase processual, analisam-se tão somente a presença dos requisitos objetivos recursais, pois as razões de apelo serão submetidas a outra etapa, cuja distribuição do feito estará atrelada a nova relatoria*.

*Art. 189 O recurso de reconsideração e o pedido de reexame, que terão efeito suspensivo, poderão ser apresentados por escrito, uma só vez, no prazo de trinta dias do conhecimento ou da publicação oficial do acórdão ou da decisão, pelo responsável ou seus sucessores e interessado, ou pelo Ministério Público, devolvendo ao Tribunal apenas o conhecimento da matéria impugnada.

§ 1º Quando em fase de exame de mérito, os recursos de que trata este artigo deverão ser distribuídos, mediante sorteio, a Relator diverso daquele que houver relatado o processo originário e, se vencido, do condutor da decisão recorrida.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não se aplica no caso de recurso na fase de admissibilidade, a qual deve ser apreciada pelo Relator do processo.

§ 3º As questões de fato, não abordadas quando do julgamento anterior, somente poderão ser suscitadas no recurso de reconsideração e no pedido de reexame se o interessado provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 411
Proc.: 2110//14
Call

Pelo exposto, em harmonia com as proposições lançadas pela Unidade Técnica, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I- tome conhecimento:
 - a) da Informação nº 12/16 - SEACOMP;
 - b) do pedido de reexame interposto pela empresa HBG Transportes e Logística Ltda. – Me (fls. 398/404), com efeito suspensivo;
- II- dê ciência dessa deliberação ao recorrente e à jurisdicionada, em face do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução TCDF nº 183/2007, alertando-os que o pedido de reexame ainda carece de apreciação de mérito;
- III- autorize o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para a análise do mérito do recurso e demais providências subsequentes.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2016.

PAULO TADEU
Conselheiro-Relator